

# LEITURAS HISTORIOGRÁFICAS ACERCA DE TRÊS PARADIGMAS DO SÉCULO XIX: O POSITIVISMO, O HISTORICISMO E O MATERIALISMO HISTÓRICO

## HISTORIOGRAPHICAL READINGS OF THREE 19TH CENTURY PARADIGMS: POSITIVISM, HISTORICISM, AND HISTORICAL MATERIALISM

Recebido em: 24/06/2024

Aceito em: 05/09/2024

Publicado em: 17/10/2024

Kátia Brasilino Michelin<sup>1</sup> 

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**Resumo:** A proposta do presente artigo é apresentar um panorama comparativo acerca de correntes de pensamento que contribuíram para a construção de visões históricas no XIX, tentando escapar, o quanto possível, dos mitos historiográficos acerca desse período para pensar as contribuições e os limites de três paradigmas, a saber: o Positivismo, o Historicismo e o Materialismo Histórico. Para tanto, serão de grande valia as contribuições de historiadores contemporâneos que se propuseram a analisar historiograficamente a produção de conhecimento histórico-social do século XIX.

**Palavras-chave:** Historiografia; século XIX; Positivismo; Historicismo e Materialismo Histórico.

**Abstract:** The aim of this article is to provide a comparative overview of intellectual currents that contributed to the development of historical perspectives in the 19th century, attempting to move beyond historiographical myths about this period in order to examine the contributions and limitations of three paradigms: Positivism, Historicism, and Historical Materialism. To achieve this goal, we will draw upon the insights of contemporary historians who have engaged in historiographical analyses of the production of historical and social knowledge in the 19th century.

**Keyword:** Romani Peoples; State of the Art; Postgraduate programs; Institutional Racism.

## INTRODUÇÃO

Dizer que o século XVIII foi o século da filosofia, enquanto o século XIX foi o século da história, ou que século XIX foi o século de Michelet (1798-1874), são exemplos do que o historiador brasileiro Sérgio da Mata (2010) denomina como “mitos historiográficos”. Ou seja, são articulações ou crenças coletivamente construídas e, a partir de então, associadas à obra e à trajetória de um historiador ou grupo de historiadores. O perigo desse tipo de afirmação é o de que tais sentenças, normalmente, são estereotipadas e deixam escapar as complexidades de cada autor ou contexto. A ideia de que o século XIX foi o século da história está relacionada com as concepções de que, no século XIX, a história ganhou estatuto de ciência e de disciplina

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e docente permanente do Mestrado Profissional do IPHAN em Preservação do Patrimônio Cultural. E-mail: katiamichelelan@yahoo.com.br

independente – num diálogo de aproximação ou de ruptura com as filosofias da história do século XVIII, principalmente, de caráter iluminista –, e de que as formulações dessa história foram ponto de partida ou contraponto fundamental para as teorias da história formuladas no século XX e XXI. Entretanto, tal ideia não é unanimidade entre os historiadores, o que demonstra, ainda mais, a possibilidade de construção de mitos.

O historiador Eric Hobsbawm (1998, p. 155), por exemplo, defendeu que

o século XIX, a Era da civilização burguesa, tem como créditos diversas realizações intelectuais importantes, mas a disciplina acadêmica da História, que cresceu nesse período, não é uma delas. De fato, excetuando-se as técnicas de pesquisa, em tudo ela marcou um nítido recuo em relação aos ensaios frequentemente mal documentados, especulativos e excessivamente genéricos, nos quais os que testemunharam a Era mais profundamente revolucionária – a Era das revoluções francesas e industrial – tentavam compreender a transformação das sociedades humanas.

Para Hobsbawm (1998, p. 155), a história acadêmica do século XIX “concentrava todos os seus esforços na tarefa de estabelecer os ‘fatos’ e com isso contribuiu pouco para a história, exceto por um conjunto de critérios empíricos para avaliar certos tipos de evidência documental e as técnicas auxiliares necessárias a esse tipo de intento”. No entanto, em termos metodológicos, “os historiadores acadêmicos tendiam a demonstrar uma inocência igualmente admirável” (HOBBSAWM, 1998, p. 156). Apesar de Hobsbawm estar claramente dialogando com o chamado Positivismo, o seu ponto de vista apresenta algo que difere da maioria dos historiadores: o de não glorificar o século XIX como o século da história. Outro aspecto que chama a atenção, é a classificação feita por esse autor, na qual ele entende o século XIX vinculado à história acadêmica. A respeito disso, o historiador Philippe Ariès (2013, p. 284) argumenta que, a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX só conheceram dois gêneros de História: a História acadêmica e a História universitária. A primeira era escrita por nobres ou grandes burgueses que acabavam na academia e era lida, em larga medida, pela burguesia liberal e culta (magistrados, homens de leis, homens que viviam de renda), desconfiada das mudanças sociais. Já a história universitária dirigia-se, quase que exclusivamente, aos universitários. Por conta disso, no decorrer desse período, a escrita da história, para Ariès (2013, p. 284), perdeu “o contato com o grande público para se tornar uma preparação técnica de especialistas isolados em sua disciplina”, se fechando em uma história cada vez mais universitária no sentido de uma produção profissional e técnica.

Levando esses apontamentos em consideração, tentaremos, aqui, pensar um pouco a concepção histórica de algumas correntes de pensamento do século XIX tentando escapar, o quanto possível, dos mitos historiográficos acerca desse período para descrever as contribuições e os limites de três paradigmas historiográficos, a saber: o Positivismo, o Historicismo e o Materialismo Histórico.

## **PENSAR COMPARATIVAMENTE O POSITIVISMO, O HISTORICISMO E O MATERIALISMO HISTÓRICO NO QUE DIZ RESPEITO ÀS SUAS CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA**

O paradigma Positivista tem na figura do filósofo francês, tido como o fundador da Sociologia, Auguste Comte (1798-1857) o seu mito propositor. Para Comte, segundo Dagmar Manieri, nos primórdios do século XIX, uma nova consciência histórica despertou nos povos. Ou melhor, “se o processo histórico já havia nascido com Condorcet e Hegel, agora surgem as classes e sistemas sociais, bem como todo um universo social como elemento que condiciona o pensar sobre a história” (MANIERI, 2013, p. 135-137). Esse, para Manieri, é o grande mérito de Comte que, embora cultivando um pensamento conservador,

apresenta-se com uma série de novidades para a época. Comte via seu momento histórico como um período de grande instabilidade social. Isto porque o grande desenvolvimento das forças econômicas havia gerado, no campo das ideias, um espírito crítico que não tinha mais razão de ser. Esse espírito crítico pode ser entendido como o avanço do ideário iluminista que abalou o Antigo Regime. Comte descreve a história através de uma sucessão de sistemas (MANIERI, 2013, 135-137).

O Positivismo herdou seus traços centrais do Iluminismo do século XVIII, sendo capaz, assim, de ter tido suas primeiras reflexões formuladas no início do século XIX. Nota-se, desse modo, que “a perspectiva universalista e a busca por leis gerais, que estariam por trás do desenvolvimento das sociedades humanas, apresentam uma continuidade do pensamento Iluminista predominante no século XVIII em relação ao Positivismo do século XIX, a começar pela obra de Auguste Comte” (BARROS, 2014a, p. 73). Contudo, segundo Barros (2014a, p. 73), é “particularmente importante, para percebermos a essência do pensamento da primeira hora, considerar que esta passagem do modelo iluminista ao modelo positivista envolveu uma reapropriação conservadora das ideias ilustradas, que tinham desempenhado um papel importante no contexto revolucionário francês”. Homens, como o matemático iluminista Condorcet (1743-1794), que viveram intensamente o clima da França Revolucionária,

perseguiram o objetivo científico de encontrar “leis gerais, necessárias e constantes” (BARROS, 2014 a, p. 86), que fossem válidas para a humanidade como um todo, como uma maneira de libertá-la tanto da ignorância como das opressões políticas e sociais do Antigo Regime. A ambição de construir uma ciência das sociedades que fosse tão neutra como a Física ou as Ciências Naturais também já era ambicionada por autores ligados ao Iluminismo como Condorcet, mas foi com o Positivismo que essas ideias ganharam forma (BARROS, 2014a). O Positivismo teria acrescentado, *grosso modo*, ao ideal iluminista de Progresso, o conceito de Ordem. Seu objetivo era a “conciliação de classes”, o que pode ser entendido como uma forma de acobertar a “dominação de classe” empreendida pela camada industrial. Auguste Comte, nesse sentido, partia de uma perspectiva conservadora, na equiparação dos métodos das Ciências Naturais e Sociais, e na busca de leis gerais e invariáveis que regeriam as sociedades humanas. Foi ele quem inaugurou a utilização do sistema “positivo”, que já vinha sendo proposto por alguns dos últimos iluministas revolucionários, contudo, agora a proposta era a defesa da ordem estabelecida. Para exemplificar, cabe lembrar que Comte fez um “apelo aos conservadores” e analisou seus precursores iluministas sob o prisma de que a visão deles era obscurecida por preceitos revolucionários (BARROS, 2014a).

A reinterpretação do Progresso em função de avanços da tecnologia seria a chave, no entendimento de Barros, para explicar a despolitização que a burguesia industrial buscava impor às classes trabalhadoras. De um lado, a crença de que a humanidade avançava para um mundo melhor, a partir dos progressos tecnológicos seria uma forma de conter os ímpetus revolucionários e contribuiria para que os seres humanos pertencentes às classes sociais menos favorecidas esperassem “as coisas acontecerem”; de outro lado, o culto ao Progresso ocultaria o fato de que esse tipo de progresso não era acompanhado necessariamente por melhorias nas relações sociais, na ética, na espiritualidade, na busca de supressão da desigualdade humana, mas era apenas um avanço tecnológico (BARROS, 2014 a). Com um discurso de “ordem e progresso”, o Positivismo passaria de fato a constituir uma das estratégias discursivas mais favoráveis aos novos objetivos da burguesia dominante. Isso é, a ideia de conciliação de classes estava vinculada à necessidade de que os trabalhadores fossem submissos aos industriais para poderem encaminhar o progresso tecnológico. A educação das massas, no Estado Positivista, de acordo com Comte, deveria preparar os proletários para “respeitarem, e mesmo reforçarem, as leis naturais de concentração do poder e da riqueza” (*apud* BARROS, 2014a, p. 95). Ideias essas que foram reforçadas por positivistas posteriores como Émile Durkheim (1858-1917), que

defendia que: “fatos como outros [os das ciências exatas], submetidos a leis que a vontade humana não pode interromper ao seu interesse e que, por consequência, as revoluções no sentido próprio do termo são tão impossíveis como os milagres” (*apud* BARROS, 2014a, p. 95). Em linhas gerais, portanto, Comte acreditava que o conhecimento científico era o caminho mais provável para a construção do conhecimento humano. Para tanto, ele tinha como ponto de partida as análises biológicas e químicas, ou seja, do mundo considerado natural para construir uma base empírica que trouxesse resultados confiáveis para a elaboração científica (BARROS, 2014a).

Na historiografia, ponto que nos interessa aqui, foi, sobretudo, a partir de meados do século XIX, com as obras de Taine (1828-1893), Renan (1823-1892) e Buckle (1821-1862), que o Positivismo ganhou fôlego. De maneira geral, esses autores reafirmam a ideia comtiana de progresso relacionado com o avanço tecnológico, bem como buscavam explicações científicas para os diversos fenômenos naturais e sociais. Aparecia, igualmente, nesses autores, referências aos estágios da civilização (nos quais a Europa estaria no topo). Em outras palavras, esses historiadores acreditavam que a humanidade caminhava naturalmente para um futuro melhor, tendo como conceito a ideia de progresso, na qual o desenvolvimento tecnológico permitiria avanços que beneficiariam a humanidade (BARROS, 2014a).

Em relação ao campo metodológico, foram reafirmadas: a busca de leis gerais, a objetividade metodológica aproximada às Ciências Naturais, a neutralidade do historiador que deveria se afastar do seu objeto de estudo e observá-lo distanciadamente, o uso de uma linguagem formalizada o quanto possível, avessa à narratividade, o historiador deveria deixar que as fontes e os fatos falassem por si mesmos (BARROS, 2014a).

Nas últimas décadas do século XIX, a corrente historiográfica de positivistas franceses influenciaria a nascente “Escola Metódica” da França, que, a partir de 1876, buscou se afirmar por meio da publicação do primeiro número da *Revue Historique*, uma revista que abarcava, na sua comissão editorial, nomes da antiga geração positivista – como Taine, Renan e Fustel de Coulanges – e novos nomes como Monod e Lavissee. Os metódicos acompanhavam os positivistas no que concerne ao entendimento da História como ciência. Todavia, é preciso mencionar, eles não estavam empenhados na busca de Leis Gerais nem professavam o determinismo. A chamada Escola Metódica publicou, assim, manuais metodológicos com ideais positivistas, cujo o mais famoso é o de Seignobos e Langlois, *Introduction aux études historiques*, escrito em 1898, e que foi duramente criticado pela *École des Annales* na terceira

década do século XX. O adjetivo metódico não era, de nenhum modo, destituído de significação, mas, pelo contrário, resumia as preocupações de uma escola intelectual que atribuiu ao rigor do método a única maneira de se chegar ao conhecimento histórico (BOURDÉ; MARTIN, 1983). A Escola Metódica perseguia uma investigação científica que refutasse qualquer especulação filosófica, visando a objetividade no domínio da História. Para atingir essas proposições, os metódicos buscavam aplicar técnicas rigorosas no que diz respeito ao inventário das fontes, à crítica dos documentos e à organização das tarefas na profissão (BOURDÉ; MARTIN, 1983).

Embora tenha sofrido diversas críticas pela historiografia a partir do século XX, a posição Positivista não deixou de ter os seus representantes e de ser entendida como um paradigma possível. Há, mesmo ainda nos dias de hoje, propostas de retorno a uma prática historiográfica que seria assimilável ao empirismo positivista.

Para José d'Assunção Barros, enquanto o Positivismo francês do século XIX pode ser interpretado como uma reconfiguração, em geral, conservadora da herança Iluminista, o Historicismo alemão e seus desdobramentos têm sido entendidos em sua relação direta com o contexto de afirmação dos Estados Nacionais do século XIX. Isso porque o Historicismo se prestou a um contexto conservador, porém, os interesses que representava não foram os da burguesia industrial enquanto classe social dominante, e sim os interesses dos grandes estados e da burocracia estatal que financiavam os seus projetos historiográficos. Não se deve, entretanto, deixar de associar esses interesses estatais com os das elites detentoras do capital industrial (BARROS, 2014a).

Nota-se que as duas grandes questões que se colocavam para os historicistas alemães eram a vontade de realizar a unificação alemã – uma vez que todo o território de língua germânica estava então partilhado em inúmeras realidades políticas menores – e também o projeto de encaminhar a modernização sem riscos revolucionários. Além disso, particularmente com a Escola Histórica Alemã, os historicistas se apresentavam como sustentáculos das estruturas monárquicas – sendo particularmente forte a Monarquia Prussiana como financiadora do projeto nacional historicista sob sua jurisdição – e, ainda, havia boa parte de historicistas que buscava justificar com o passado a permanência de instituições da época medieval persistentes em seu presente (BARROS, 2014a). Nesse sentido, no contexto da Restauração e, em virtude das oposições entre alemães e franceses, os historiadores da Escola Histórica Alemã eram críticos da Revolução Francesa e, ao lado disso, não desprezavam as épocas anteriores –

inclusive a Idade Média – como haviam feito os iluministas do século XVIII. Qualquer época, para um historicista alemão, tinha a sua própria importância e deveria ser examinada conforme os critérios adequados a ela, bem como de acordo com seus próprios valores. O mesmo raciocínio valia para as diversas espacialidades, e cada nação deveria ser compreendida em sua singularidade. O projeto inicial do Historicismo alemão, conforme se pode observar, é por um lado tão conservador quanto o do Positivismo francês, mas já apresenta um elemento novo, que é o de elaborar uma história especificamente nacional e, portanto, não universalista (BARROS, 2014a).

O historiador Estevão C. de Rezende Martins, preocupado em analisar o útil e o desagradável do Historicismo, descreve que: entende-se por Historicismo a época da historiografia alemã, ao longo de todo século XIX, de metodização e de formatação científica do conhecimento histórico. Tal concepção do Historicismo destaca, para Martins, o útil desse movimento historiográfico. Entretanto, desdobramentos posteriores apresentam o termo com uma miríade de redefinições, em particular na direção de um relativismo sociocultural, o que para Martins é o lado desagradável do Historicismo (MARTINS, 2008). Assim como Estevão Martins, os autores Fernando Nocolazzi e Valdeci Lopes de Araujo defendem que o Historicismo está longe de obter uma definição estável, embora muito se tenha avançado em sua descrição e que, entre as vantagens e desvantagens, o legado do Historicismo ainda é a mais fundamental herança da historiografia moderna (2008). Para Martins, a definição mais aceita atualmente é a proposta por Friedrich Jaeger e Jörn Rüsen em 1992: o Historicismo é uma forma determinada do pensamento histórico e da correspondente concepção de História como ciência. Trata-se de um modo de pensar que considera a História como um conhecimento específico dos tempos passados, distintos do conhecimento do tempo presente, mas que coloca aqueles em perspectiva com esse e com o tempo futuro (MARTINS, 2008). O pensamento histórico, nesse sentido, consiste no reconhecimento da especificidade de tempos passados em comparação com o presente, de modo a elaborar uma correlação de interdependência do tempo passado com o tempo presente. Essa correlação se estabelece mediante a elaboração reflexiva da sucessiva experiência própria das formas humanas de viver, na linha do tempo. Diante disso, as categorias principais do Historicismo são a individualidade e o progresso. Individualidade, porque a experiência específica da vida no tempo somente pode ser própria de indivíduos. Progresso, porque a reflexão elaborada pelo pensamento histórico opera a correlação por semelhança e diferença entre formas sociais da vida humana, ao longo do tempo, estipulando uma espécie de

interdependência entre o fato social de ontem com o fato social de hoje e, eventualmente, com o de amanhã (MARTINS, 2008). É com essa dinâmica que é construída a historicização da realidade típica do Historicismo.

Apesar dessa multiplicidade e precariedade de definições, de maneira geral, costuma-se dividir o Historicismo em duas vertentes principais: Historicismo Realista, marcadamente do início do século XIX, e o Historicismo Relativista, da segunda metade do século XIX e início do século XX. Sendo que dois nomes têm sido paradigmáticos para abordar essas vertentes respectivamente: Leopold von Ranke (1795-1883) e Johann Gustav Droysen (1808-1884).

Para Josep Fontana, o homem comumente considerado como fundador do Historicismo e que, de fato, seria o divulgador dos novos métodos “científicos” da História é Leopold von Ranke. Procedente de uma família de pastores luteranos, publicou *Histórias dos povos românicos e germânicos de 1494 a 1514*, em 1824, quando ainda não tinha trinta anos. Com a obra, ele alcançou uma reputação que lhe abriria as portas da universidade de Berlim, onde buscou combater as ideias hegelianas. Esse seu primeiro livro continha, no apêndice, uma “crítica aos historiadores modernos”, dirigida contra a “filosofia histórica da Ilustração, que já mostrava as grandes linhas da cruzada metodológica que manteria ao longo da vida” (FONTANA, 2004, p. 225). No entanto, uma frase do prefácio desse mesmo livro criou um equívoco que ainda persiste. O jovem historiador, dizia que, ainda que a história tenha “a missão de julgar o passado e de instruir o presente em benefício do futuro”, o livro não tinha essa pretensão, contentando-se em “mostrar as coisas tal como se passaram” (FONTANA, 2004, p. 225). A frase foi retirada do contexto injustificadamente e interpretada como uma declaração metodológica, sendo, desde então, repetida pelos historiadores acadêmicos. O engano chegou ao extremo de apresentar como um dos grandes méritos de Ranke, o de ter separado o estudo do passado, tanto quanto possível, das paixões do presente para escrever “as coisas tal como foram”. Tal interpretação do pensamento de Ranke deixava de lado o que o próprio Ranke repetiu algumas vezes: a missão da história “não consiste tanto em reunir e buscar fatos como em entendê-los e explicá-los” (FONTANA, 2004, p. 225). Ou seja, a própria biografia e a obra de Ranke desmentem a ideia de “mostrar as coisas tal como se passaram” (FONTANA, 2004, p. 225). Cabe ressaltar, todavia, que Ranke foi um funcionário ideológico do estado prussiano, consciente do papel que lhe correspondia empenhar. Sua visão da História tinha um fundamento teológico, “no qual Deus era o primeiro motor que articulava as peças de uma sociedade dispersa em indivíduos e de um universo fragmentado em povos, assumindo a função que o

progresso exercera para os ilustrados” (FONTANA, 2004, p. 225-227). De modo geral, os livros de Ranke falam dos Estados e das relações que se estabelecem entre eles por meio da diplomacia e da guerra. O historicista abordou os jogos de poder com respeito aos dirigentes, atribuindo motivos mais elevados a seus atos. O historiador preparava, assim, o caminho em direção à submissão dos cidadãos ao poder, sem discussões nem críticas, já que o “Estado encarnava a nação e essa não fazia senão observar as pautas fixadas pelo dedo de Deus” (FONTANA, 2004, p. 225-227).

Por outro lado, a nota mais grave acerca de Ranke vem da metodologia que ele e os pioneiros do historicismo alemão herdaram dos teólogos e filólogos que, desde há muito, vinham desenvolvendo técnicas que prepararam, em parte, a instalação da Crítica Documental, porém passaram a atribuir à documentação um lugar indispensável para a análise histórica (FONTANA, 2004). Assim, há, nesse tipo de pensamento, uma atenção central à fonte de época, e uma metodologia que a permitia abordá-la com maior precisão. Além da análise integrada das diversas instâncias do documento – entre as quais a autenticidade e a veracidade –, “a própria coleta de documentação e constituição de novos tipos de fontes (na época de Ranke, essencialmente arquivísticas e ligadas à política, à diplomática e às instâncias institucionais), foi um elemento que trouxe efetivamente um novo tônus àquela historiografia que se postulava como científica” (BARROS, 2014a, p. 71).

Para Sérgio da Mata, tanto do ponto de vista conceitual quanto teórico, o que é demonstrado nas páginas de Ranke é um autor dividido entre dois mundos. Em que se pese a tendência à substituição do termo *Historie* por *Geschichte* no espaço de língua alemã, e que estaria completada por volta de 1750, oitenta anos depois Ranke, ele continuou a dar preferência ao primeiro conceito para designar tanto a disciplina quanto seu objeto. A “adoção relutante da palavra *Geschichte* parece revelar nele uma resistência a pensar o processo histórico enquanto coletivo singular, como, aliás, revelava o uso do plural *Geschichten* no título do seu primeiro livro” (MATA, 2010, p. 196). Barros, chama a atenção, ainda, para o fato de que Ranke, no texto intitulado *Para uma crítica dos historiadores recentes*, defende a “diferenciação entre fontes primárias e fontes secundárias, ressaltando que, dessas últimas, ele procuraria se beneficiar ao desenvolver confiáveis procedimentos que fossem capazes de extrair da documentação secundária as informações primárias” (BARROS, 2014b, p. 74).

Segundo Estevão Martins, na segunda metade do século XIX, a concepção historicista da ciência histórica se instalara e havia institucionalizado seus resultados entre os intelectuais

por meio de um discurso acadêmico e literário próprio. A profissionalização do historiador já existia antes do historicismo, mas foi, por meio dele, que ocorreu a sua consolidação no mundo acadêmico, por causa da especialização crescente (MARTINS, 2008). Os limites formais entre ciências humanas, extremamente imprecisos no surgimento do historicismo, foram demarcados finalmente com um notável esforço de delimitação. O ofício de historiador já não era mais uma questão da “vocação particular de intelectuais com a mais variada formação intelectual, mas tornava-se uma profissão acadêmica com requisitos precisos de qualificação” (MARTINS, 2008, p. 17).

A fase de integração e canonização da teorização historicista coincidiu com a institucionalização da ciência histórica como disciplina acadêmica na segunda metade do século XIX. Nela, foi elaborada a obra teórica que documentou o desempenho do Historicismo no plano da teorização: a *Historick* de Droysen, de 1857. Em linhas gerais, a *Historick* de Droysen sistematizava os elementos teóricos do Historicismo, até então dispersos, num todo unitário. Metodologia e teoria da história foram relacionadas sistematicamente entre si. Droysen sintetizou, mediante uma teoria da dinâmica histórica das forç s morais (o que hoje se chamaria de teoria da evolução social), aqueles elementos e fatos do processo temporal da socialização humana que são relevantes para toda e qualquer construção histórica do passado humano (MARTINS, 2008). O método, que já era entendido como procedimento regulado de pesquisa dos fatos por meio da crítica das fontes, passou a incluir, também, a interpretação dos fatos por meio dos contextos gerais de sentido e significado do agir humano no passado. A “essência do método histórico era compreender pesquisando, isso é, interpretando” (MARTINS, 2008, p. 34). Ou seja, Droysen inseriu a dimensão subjetiva do conhecimento histórico, ao mesmo tempo em que criticou o objetivismo de Ranke. No olhar de J rn Rüsen (1997), em *Historick*, Droysen polemizou contra o que chamava “objetividade de eunucos”, nos estudos históricos que intencionavam se neutralizar com respeito ao conflito político em torno da questão da identidade coletiva (sobretudo a nacional), na qual o argumento historiográfico desempenhava um papel importante (MARTINS, 2008). Em outras palavras, Droysen não considerava o envolvimento e a parcialidade dos historiadores na luta política pela conformação da identidade coletiva, mediante a rememoração histórica, como opostos   objetividade, mas, pelo contrário, entendia-os como uma condição necessária   objetividade histórica (MARTINS, 2008).

Para Estevão Martins, de maneira geral, os princípios úteis do Historicismo são:

a) a autonomia do pensamento histórico e sua referência à mutabilidade de tudo o que é; b) a neutralização da distinção entre conhecimento geral e conhecimento particular – a compreensão individual prevalece, embora não dispense a explicação; c) a concepção do conhecimento histórico como produto do sujeito cognoscente individual, em contraste com a concepção conceitual – tipológica do Iluminismo; d) a irrupção da imanência – o agir de indivíduos imersos no tempo, seja como singulares, seja como coletivos (como o Estado ou a nação); e) a localização definitiva das causalidades da história na própria história; f) a metodologia da pesquisa rigorosa e crítica das fontes – nas quais se capturam as ideias que caracterizam, exprimem, revelam o sentido epocal; g) a sistematização teórica do conhecimento obtido e elaborado; g) a compreensão de que a história, enquanto tempo produzido pelo agente racional humano, operada pelo sujeito cognoscente por excelência (o historiador), concentra-se na realização do Estado Nação (MARTINS, 2008, p. 24-25).

A ideia de que os objetos das ciências históricas e do espírito seriam especialmente históricos, iniciada por Droysen, seria debatida e ampliada pelos estudiosos da chamada virada relativista, como Wilhelm Dilthey (1833-1911), destinando-se a seguir adiante por meio da contribuição de filósofos e historiadores que mais tarde incluiriam, também, os nomes de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), Paul Ricoeur (1913-2005) e Reinhart Koselleck (1923-2006) e o italiano Benedetto Croce (1866-1952) que afirmou que toda a “história é contemporânea” (BARROS, 2014a, p. 143).

O último paradigma a ser abordado, aqui, é do Materialismo Histórico. Trata-se de uma teoria da história cuja contribuição não se dá apenas relativamente à própria historiografia marxista, mas também em relação a correntes historiográficas várias, uma vez que diversos dos conceitos consolidados pelo Materialismo Histórico são hoje parte integrante do repertório teórico de diversos historiadores. Entretanto, um alerta se faz necessário: não raramente, Materialismo Histórico e Marxismo são utilizados como expressões sinônimas. Essa relação, contudo, deve ser, antes de mais nada, problematizada para depois entrarmos no campo teórico do Materialismo Histórico, inaugurado em meados do século XIX por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), e que encontrou muitos desdobramentos e variações posteriores, assim como assistiu a transformações bem significativas no tocante a alguns dos pressupostos básicos propostos pelos dois autores.

É preciso considerar, assim, a diferença entre o modelo de ação política que mais tarde ficaria conhecido como Marxismo-Leninismo e que também geraria suas variações, e o “Materialismo Histórico enquanto paradigma, método e abordagem teórica para a compreensão dos processos históricos” (BARROS, 2013, p. 16). Karl Marx deve ser compreendido, segundo

Barros, como um grande criador e como um magnífico recriador – “alguém que soube aproveitar o melhor do pensamento europeu de sua época para lhe dar novas feições e aplicações” (BARROS, 2013, p. 16). Dessa maneira – além da criação e inovação relacionada a aspectos vários como a definição da “mais valia” para a análise do Capital, ou a ideia Acumulação Primitiva –, Marx se apropriou de outros conceitos já existentes, como a ideia de “luta de classes” que já havia sido mencionada por historiadores franceses, como Guizot e Thierry. O que ocorreu também com a perspectiva da dialética, na qual a dialética idealista de Georg Hegel (1770-1831) foi “invertida por Marx de modo a situar o desenvolvimento material como ponto de partida da história em um Materialismo Dialético” (BARROS, 2013, p. 23). De forma geral, o núcleo básico do Materialismo Histórico possui três fundamentos: dialética, materialismo e historicidade e três conceitos chaves: práxis, luta de classes e modo de produção (BARROS, 2013). Dessa forma, a História e as mudanças na vida humana são impulsionadas a partir de sua base material, isto é, das condições objetivas e concretas por meio das quais os homens em sociedade reproduzem sua própria existência (Materialismo). As transformações se dão por meio do desenvolvimento de “contradições”, ou seja, a partir de inúmeras forças sociais e produtivas que terminam por se confrontar, reciprocamente, gerando um movimento “dialético” (BARROS, 2013, p. 32). Tudo é histórico, assim: tudo precisa ser analisado historicamente e nada escapa à História. Nem mesmo os historiadores escapariam à História, o que já vinha sendo proposto pelos setores mais relativistas do Historicismo alemão. Além disso, os agentes dessa História não eram apenas os indivíduos, mas, sobretudo, os grandes grupos sociais que podiam ser definidos por uma identidade comum (as classes sociais). Tais grupos, ademais, confrontavam-se a todo instante na História, seja a partir de lutas concretas, seja por meio de lutas de representações. Esses grupos gerariam, a partir das transformações que ocorrem em suas vidas materiais, as diversas “formas ideológicas” que são derivadas da base social e material. No plano mais amplo, por fim, toda sociedade geraria as próprias sementes de sua destruição e renovação (BARROS, 2013).

Como os iluministas do século XVIII, Hegel acreditava no Progresso, no inevitável progresso da humanidade. Mas ele via essa caminhada rumo a um futuro cada vez mais aperfeiçoado não como uma simples linha reta, e sim como uma sucessão de círculos dialéticos que remetem uns nos outros (BARROS, 2013). O movimento dialético, na perspectiva hegeliana, previa uma Tese inicial que logo será confrontada pelo desenvolvimento de uma “contradição” saída de si mesma de modo a formar uma Antítese. O confronto entre Tese e

Antítese – entre duas realidades contraditórias que se confrontam dialeticamente – acarretaria, no final do processo, na Síntese: um movimento de processo que, então, pode reiniciar da mesma maneira o movimento de transformações dialéticas (BARROS, 2013). O ponto de partida de Hegel é o Espírito, o mundo das ideias. Seria a partir do Espírito que teria se instituído o movimento do mundo. A novidade introduzida por Karl Marx foi precisamente inverter o ponto de partida do processo dialético. Enquanto Hegel o situava no Espírito, Marx o localizava na Matéria (BARROS, 2013). Para Marx, é de uma realidade concreta (ou das contradições materiais objetivas que se apresentam aos homens organizados em sociedade), que parte o movimento histórico de transformação da realidade, sendo por isso necessário que também a historiografia procure compreender os desenvolvimentos histórico-sociais do mundo humano a partir da análise das condições materiais objetivas (BARROS, 2013). O modo como os homens produzem sua vida social e material seria o verdadeiro princípio de toda a análise histórica. Acerca desse aspecto, é que foi pensado um dos conceitos fundamentais para o Materialismo Histórico: o de Modo de Produção. A História ocorreria em duas dimensões distintas, mas interligadas: a “história das lutas de classes” e a “sucessão de modos de produção”. A primeira é apresentada no *Manifesto Comunista* (1848) e a segunda em *A ideologia Alemã* (1846) (BARROS, 2013, p. 32-33).

Diante dessa forma de pensar a História, o historiador Eric Hobsbawm, num balanço de 1968, se interrogou sobre “o que os historiadores devem a Marx?”. Para Hobsbawm, em linhas gerais, os historiadores do século XIX, tais como Ranke, ocupavam-se basicamente de examinar as guerras, a diplomacia e a vida dos grandes líderes. Já os fundadores do Materialismo Histórico, ao proporem que a “história é a história das lutas de classes”, estariam fazendo nada mais do que uma história social. Ao mesmo tempo, ao sustentarem que a história é a “história dos modos de produção”, o que estavam propondo era o deslocamento do olhar historiográfico para as bases econômico-sociais (HOBSBAWM, 1998). Dessa forma, o pensamento elaborado pelo Materialismo Histórico contribuiu para a mudança do foco dos estudos historiográficos das elites para as bases, o que se mostra diferente das análises dos dois outros paradigmas abordados aqui, o Positivismo e o Historicismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi descrever brevemente como alguns historiadores, principalmente brasileiros, têm se debruçado sobre os temas e debates relativos às teorias da

história e os pontos de vistas que eles defendem por meio de suas leituras. Para tanto, foram selecionadas três concepções de história pensadas no século XIX e que foram, em diversos momentos posteriores, retomadas, ampliadas ou refutadas, a saber: o Positivismo, o Historicismo e o Materialismo Histórico.

Buscando pensar as contribuições para a escrita da história de forma comparativa, entende-se que tanto o Positivismo quanto o Historicismo contribuíram para a delimitação do conhecimento histórico enquanto disciplina e campo do saber por volta do século XIX. Bem como, fundamentaram o trabalho do historiador no que diz respeito à análise de documentos de época. Todavia, tais vertentes de pensamento estavam ligadas à produção de saberes por parte das elites, sobre as elites e para as elites, sejam elas as elites acadêmicas, industriais, burguesas ou estatais. Nesse sentido, o Materialismo Histórico foi imprescindível para a construção de fundamentos interpretativos acerca dos grupos pertencentes às bases sociais e econômicas das sociedades abordadas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Valdeí Lopes. *et al.* **A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

ARIÉS, Philippe. **O tempo da História.** São Paulo: UNESP, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História volume II.** Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes, 2014a.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História volume III.** Os paradigmas revolucionários. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História volume IV.** Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis: Vozes, 2014 b.

BENTIVOGLIO, Julio. A Historische Zeitschrift e a historiografia alemã do século XIX. **História da historiografia.** Ouro Preto, número 6, p. 81-101, março, 2011.

MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas.** Lisboa: Editora Europa-América, 1983.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva.** Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história.** Editorial Presença, 1977.

FONTANA, Josep. **História dos Homens**. Bauru: EDUSC, 2004.

HARTOG, François. **O século XIX e a História: O caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MALERBA, Jurandir (Org.) **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MANIERI, Dagmar. **Teoria da História: a gênese dos conceitos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In. ARAUJO, Valdei Lopes. et al. **A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p.15-48.

MATA, Sérgio da. Apresentação de Leopold von Ranke (1795-1886). In. MARTINS, Estevão de Rezende. (org.). **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010, p.187-215.

NICOLAZZI, Fernando; ARAUJO, Valdei Lopes de. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In. ARAUJO, Valdei Lopes. et al. **A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p.07-14.

REIS, José Carlos. **A história, entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

RÜSEN, Jörn. A História Entre a Modernidade e a Pós-modernidade. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, jan./dez. 1997.